



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 065/2022

(PAE n. 10.457/2022)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRE-SC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC das Regiões 02 a 06, com fornecimento de mão de obra e materiais.

A proposta deverá ser registrada no Sistema COMPRAS.GOV.BR, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará **no dia 2 de setembro de 2022, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, pela Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, pelo Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário, pela Portaria P n. 136/2021, de 14 de outubro de 2021, pela Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022 e pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRE-SC, no seguinte endereço eletrônico:

- www.tre-sc.jus.br (Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2022).

• 1.2. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Compras.gov.br (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Os **ITENS 1, 3 e 4** da presente licitação são destinados, **exclusivamente**, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa e empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da



proposta, ter optado, se assim desejar, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.1.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte poderão participar também dos **ITENS 2 e 5.**

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do site www.gov.br/compras, órgão gestor do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem. 9.7 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRE-SC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRE-SC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

c) de empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005); e

d) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

2.5. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.5.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.5, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.



3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRE-SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.



5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos **subitens 7.1.3 e 9.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Compras.gov.br:

a) no campo próprio do sistema: o PERCENTUAL DE DESCONTO para o item (Região) cotado;

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital.**

5.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.3. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

5.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

5.9. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços, antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada previamente com a Seção de Manutenção Predial, no horário das 13 às 18 horas, preferencialmente através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, ou por meio dos telefones (48) 3251-3838 ou 3251-3785.

5.9.1. Caso a empresa proponente opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.

5.9.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.



6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **PERCENTUAL DE DESCONTO** para o item (Região) cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **0,01% (um centésimo por cento)** de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.



6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

6.8. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação do critério de desempate previsto no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993.

6.9. O critério de desempate será aplicado nos termos do subitem 6.8, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.9.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.3. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 7.1, sob pena de desclassificação.

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

7.3. Será, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

- a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou
- b) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou
- c) mantenha percentual de desconto inferior ao estabelecido na Planilha de Custos constante no Anexo I deste Edital; e/ou
- d) apresente preços que, após a aplicação do percentual de desconto, sejam manifestamente inexequíveis.

7.3.1. Consideram-se **preços manifestamente inexequíveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.3.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;



- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

7.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.5. Após a negociação prevista no subitem 7.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.

VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.4, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência às hipóteses previstas no subitem 2.4, alíneas “b” e “c”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no Sistema Compras.gov.br.

IX. DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação complementar especificada neste Edital.

9.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

- a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;
- b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista;
- c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;
- d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;



e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no sistema Compras.gov.br, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste edital.

9.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 9.1.1 deste Edital.

9.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica operacional, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante:

a.1) gerencia ou gerenciou serviços terceirizados de operação ou manutenção predial em edificações públicas ou comerciais por período não inferior a 2 (dois) anos;

a.2) executa ou executou, a contento, a instalação, operação ou manutenção de instalações prediais em edificações públicas ou comerciais com área construída mínima equivalente à metade do somatório das áreas dos imóveis da Região interessada, ou seja:

- Região 02: 1.213,62 m²;
- Região 03: 1.940,55 m²;
- Região 04: 1.054,13 m²;
- Região 05: 1.013,26 m²;
- Região 06: 1.957,90 m².

a.3) o(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:

- indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- informação do local e data de expedição do atestado;
- descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.

a.4) será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

a.5) será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 02 (dois) anos serem ininterruptos;

a.6) o(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

a.7) o licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

a.8) os documentos apresentados por um mesmo licitante para fins de qualificação técnica poderão estar referidos a todos os seus estabelecimentos;

b) documento que comprove o registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Técnicos Industriais - CRT, dentro de seu prazo de validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993;

c) comprovação de possuir no quadro da empresa, ou de que disponibilizará a partir da assinatura do contrato, profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) ou documento equivalente (RRT(s) ou TRT(s)), fornecida(s) pelo respectivo Conselho, que comprove(m) a qualificação profissional para acompanhar os



serviços objetos do Projeto Básico / Termo de Referência: manutenção de instalações prediais. Este profissional deverá assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados;

c.1) a comprovação de vínculo profissional far-se-á mediante a apresentação do contrato social da empresa, da CTPS, do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste;

d) o profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA, CAU, CRT ou Conselho equivalente pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

9.3.1. Relativamente ao subitem 9.3, alínea “c”, entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:

a) empregado: cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;

c) gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;

d) responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo CREA, CAU, CRT ou Conselho equivalente, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico;

e) no caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no CREA, CAU, CRT ou Conselho equivalente;

f) declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste.

9.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

9.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$



9.4.4. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.5. A documentação complementar mencionada nos subitens 5.1.7 e 9.1, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Compras.gov.br, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

9.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 9.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 9.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 9.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.6. Na análise das condições de habilitação e da validade dos documentos comprobatórios, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

9.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.8.1. As omissões referidas no subitem 9.8 são aquelas que não comprometam a constatação do atendimento prévio das condições de habilitação.

9.8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

10.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 10.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

10.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR ITEM (REGIÃO)**, ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;



h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

11.1.2. As sanções previstas no subitem 11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2. Para os casos não previstos no subitem 11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do serviço;

11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do serviço;

11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior.

11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento contratual, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual (EPI) e coletivo, quando necessários.	LEVE	Por ocorrência.
2	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	LEVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
3	Deixar de fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses.	MÉDIA	Por ocorrência.
4	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	MÉDIA	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	MÉDIA	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
6	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	GRAVE	Por ocorrência.
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.



11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.4. As sanções estabelecidas no subitem 11.1 e na alínea “d” do subitem 11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos no Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do serviço em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 11.3 exaure-se a esfera administrativa.

XII. DA DOTAÇÃO

12.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

12.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:



13.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência e seus anexos e em sua proposta;

13.1.2. os serviços de manutenção predial serão realizados em quaisquer edifícios sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC nas cidades da região onde prestará os serviços:

a) inicialmente, os imóveis do TRE-SC estão listados no Anexo II do Projeto Básico / Termo de referência;

b) as áreas aproximadas dos imóveis e respectivas localizações estão indicadas no Anexo II do Projeto Básico / Termo de referência. Caso haja mudança no endereço ou acréscimo de imóveis na região, a empresa deverá executar os serviços nos novos endereços.

13.1.3. em se tratando de empresa registrada no CREA, se for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem, deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, o **registro** do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1.121, de 13.12.2019, do CONFEA;

13.1.4. tomar as seguintes providências em **até 20 (vinte) dias** a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

a) apresentar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação: Manutenção Predial;

b) providenciar, às suas expensas, e entregar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), Registro de Responsabilidade Técnica – RRT(s) ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s) do profissional citado na alínea “a”, devidamente registrada no CREA, CAU ou CRT, de execução dos serviços descritos no Projeto Básico / Termo de Referência. A ART, RRT ou equivalente deverá ter validade durante a vigência do contrato, e nova ART ou RRT deverá ser apresentada a cada eventual prorrogação contratual;

c) participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRE-SC; e

d) designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.

13.1.5. em relação às exigências de sustentabilidade da contratação, são obrigações da Contratada:

a) obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as resoluções do MTE; e

b) fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

13.1.6. prestar os serviços em horário a ser definido pela fiscalização do Contrato, compreendendo o horário de 8 às 19 horas, de segunda a sexta-feira;

a) haverá serviços que, pelas características de funcionamento dos prédios e horário de funcionamento da Justiça Eleitoral, deverão ser executados em períodos noturnos, feriados e finais de semana, mormente aqueles que provoquem ruídos excessivos, poeira, sujeira ou qualquer outro tipo de transtorno que prejudique as atividades ali laboradas, bem como as manutenções corretivas emergenciais.

13.1.7. responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

13.1.8. executar os serviços na forma determinada no Projeto Básico / Termo de Referência, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Gestão e Fiscalização;



13.1.9. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;

13.1.10. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho;

13.1.11. responder por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao TRE-SC;

13.1.12. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-SC ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

13.1.13. participar de reuniões técnicas, agendadas a critério do Contratante. Poderá ser exigida a presença do(a) Responsável Técnico(a), e os custos relacionados aos eventuais deslocamentos ocorridos em função da participação das reuniões não acarretarão ônus ao Contratante;

13.1.14. iniciar a execução dos serviços sempre com a identificação prévia dos funcionários responsáveis e a identificação do Supervisor responsável;

13.1.15. disponibilizar, quando necessário, profissional habilitado (com registro no CREA, CAU, CRT ou Conselho equivalente), para acompanhamento e orientação técnica de seus profissionais, sem qualquer ônus adicional ao Contratante;

13.1.16. executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, a critério do Contratante;

13.1.16.1. a contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, os relatórios de manutenção preventiva quando cabível, de acordo com referido cronograma;

13.1.17. submeter previamente à aprovação da Gestão eventuais ajustes no cronograma, no plano de execução ou qualquer outra modificação na metodologia originalmente prevista para a execução dos serviços;

13.1.18. cumprir as normas de segurança vigentes, assim como aquelas oriundas da Portaria n. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, devendo zelar pela segurança de seus funcionários, fiscalizar e orientá-los quanto à utilização de equipamento de proteção individual (EPI) sempre que necessário;

13.1.19. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados em serviço, acidentados ou com mal súbito;

13.1.20. respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências de qualquer edificação do TRE-SC ou à disposição deste;

13.1.21. diligenciar para que seus funcionários tratem o pessoal da Gestão, Fiscalização e demais servidores do TRE-SC com atenção e urbanidade, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados;

13.1.22. facilitar, durante a realização dos serviços, em tudo o que dela depender, o trabalho da Gestão, acatando imediatamente ordens, decisões e observações emanadas desta;

13.1.23. levar imediatamente ao conhecimento da Gestão e Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis;

13.1.24. evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços, programando adequadamente as atividades executivas;

13.1.25. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

13.1.26. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);



13.1.27. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

13.1.28. prestar garantia mínima de 90 (noventa) dias quanto aos serviços e materiais empregados na execução das demandas objeto desta contratação;

13.1.28.1. caso o material empregado possua prazo de garantia superior dado pelo fabricante, este prazo prevalecerá;

13.1.29. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

13.1.30. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 065/2022.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e do Relatório Técnico mensal de execução dos serviços, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

14.1.1. Ao longo da vigência do contrato, serão utilizadas para fins de pagamento as tabelas vigentes no mês em que a Contratada executou o serviço.

14.1.2. Desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos durante a execução dos serviços, o recebimento provisório ocorrerá por ocasião da realização de cada serviço, por meio de preenchimento de campo próprio no Relatório de Execução e posterior liquidação e pagamento.

14.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.1.5. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.



14.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XV. DO CONTRATO

15.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

15.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 15.3.2.

15.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XVI. DA RESCISÃO

16.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

16.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "b" ou "c" do subitem 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas no subitem 11.2.1.4 e na alínea "d" do subitem 11.3.

XVII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar no contrato e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento do objeto contratado. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

17.3. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

17.4. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e



suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

17.5. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.

17.6. São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os seguintes direitos:

a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pelo licitante vencedor relativos ao objeto desta licitação, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRE-SC distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e

b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente desta licitação, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pelo licitante vencedor sem autorização expressa do TRE-SC, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

Florianópolis, 16 de agosto de 2022.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para a prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC das Regiões 02 a 06 E/OU da Região __, com fornecimento de mão de obra e materiais, autorizado pelo Senhor, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 10.457/2022 (Pregão n. 065/2022), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com a Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor, inscrito no CPF sob o n., residente e domiciliado em/SC e, de outro lado, a empresa, estabelecida na, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ sob o n., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua), Senhor(a)..... inscrito(a) no CPF sob o n., residente e domiciliado(a), tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC das Regiões 02 a 06 E/OU da Região __, com fornecimento de mão de obra e materiais, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, com a Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de material, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra, nos sistemas e instalações prediais dos imóveis próprios e locados das Regiões 02 a 06 E/OU da Região __ ocupados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE-SC. Os serviços serão executados sob demanda, ou seja, a Contratada deverá efetuar-los sempre que solicitada pelo Contratante.

- Região 02:
- Cidade base: Criciúma



REGIÃO 02						
Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
12	ARARANGUÁ	184,45	Avenida Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3524 0494 / 48 988076280	zona001@tre-sc.jus.br
13	BRAÇO DO NORTE	107,53	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750-000	44	48 3658 4123 / 48 988054212	zona044@tre-sc.jus.br
14	CRICIÚMA	400	Av Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500	10	48 3433 1347 / 48 988083028	zona010@tre-sc.jus.br
				92	48 3438 2502 / 48 988083357	zona092@tre-sc.jus.br
				98	48 3437 3574 / 48 988084754	zona098@tre-sc.jus.br
15	IÇARA	140	R Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3432 3174 / 48 988081566	zona079@tre-sc.jus.br
16	IMARUÍ	149	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3643 0134 / 48 988061409	zona062@tre-sc.jus.br
17	IMBITUBA	155	Av Santa Catarina, 186 - 88780-000	73	48 3255 1497 / 48 988070382	zona073@tre-sc.jus.br
18	LAGUNA	175,91	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3644 0703 / 48 988119642	zona020@tre-sc.jus.br
19	ORLEANS	372,22	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3466 1880 / 48 988128065	zona023@tre-sc.jus.br
20	SOMBRIÓ	120	Rua Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3533 0801 / 48 988058343	zona054@tre-sc.jus.br
21	TUBARÃO	360	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar - 88701-105	33	48 3626 7120 / 48 988045453	zona033@tre-sc.jus.br
				99	48 3626 6227 / 48 988090873	zona099@tre-sc.jus.br
22	TURVO	155,13	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3525 0956 / 48 988052543	zona042@tre-sc.jus.br
23	URUSSANGA	108	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3465 3530 / 48 988051711	zona034@tre-sc.jus.br

E/OU

• **Região 03:**

- **Cidade base: Blumenau**



REGIÃO 03						
Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
24	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	289,47	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330-363	56	47 3367 4526 / 47 988167104	zona056@tre-sc.jus.br
				103	47 3398 4605 / 47 988344311	zona103@tre-sc.jus.br
25	BALNEÁRIO PIÇARRAS	306,57	Av Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	47 3345 1155 / 47 988183693	zona068@tre-sc.jus.br
26	BLUMENAU	322	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010-150	3	47 3326 4850 / 47 988123983	zona003@tre-sc.jus.br
				88	47 3329 1999 / 47 988264173	zona088@tre-sc.jus.br
27	BRUSQUE	255,59	Rua Humberto Mattioli, 78 - 88350-140	5	47 3396 6215 / 47 988125787	zona005@tre-sc.jus.br
				86	47 3355 6532 / 47 988222394	zona086@tre-sc.jus.br
28	GASPAR	110	Rua Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	47 3332 1256 / 47 988182226	zona064@tre-sc.jus.br
29	IBIRAMA	205,11	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	47 3357 3522 / 47 988131894	zona014@tre-sc.jus.br
30	INDAIAL	172,24	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	47 3333 3011 / 47 988133814	zona015@tre-sc.jus.br
31	ITAJAÍ	490,8	Avenida José Eugênio Muller, 406 - 88303-170	16	47 3349 2941 / 47 988135376	zona016@tre-sc.jus.br
				97	47 3346 3531 / 47 988331702	zona097@tre-sc.jus.br
32	ITAPEMA	274,9	Avenida Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	47 3268 0605 / 47 988279328	zona091@tre-sc.jus.br
33	ITUPORANGA	172,34	Rua João Steffens, 425 - 88400-000	39	47 3533 1605 / 47 988157814	zona039@tre-sc.jus.br
34	NAVEGANTES	300	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	47 3319 2252 / 47 988192916	zona106@tre-sc.jus.br
35	RIO DO SUL	373	R Julio Roussenq Filho 265 - 89160-000	26	47 3521 4803 / 47 988143125	zona026@tre-sc.jus.br
				102	47 3521 4803 / 47 988343344	zona102@tre-sc.jus.br
36	TAIÓ	220	Rua Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	47 3562 0198 / 47 988161097	zona046@tre-sc.jus.br
37	TIMBÓ	168,5	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	47 3382 2837 / 47 988153986	zona032@tre-sc.jus.br
38	TROMBUDO CENTRAL	120,57	R Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	47 3544 0587 / 47 988171199	zona057@tre-sc.jus.br

E/OU



• Região 04:

- Cidade base: Joinville

REGIÃO 04						
Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
40	GUARAMIRIM	200	Rua 28 de Agosto, N. 2000 - 89270-000	60	47 3373 0967 / 47 988175446	zona060@tre-sc.jus.br
41	ITAIÓPOLIS	140	Rua Carril Pflanzner, N. 69, Centro - 89340-000	38	47 3652 2791 / 47 988156178	zona038@tre-sc.jus.br
42	JARAGUÁ DO SUL	417,02	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	47 3275 1183 / 47 988136047	zona017@tre-sc.jus.br
				87	47 3275 1819 / 47 988242394	zona087@tre-sc.jus.br
43	JOINVILLE	689	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	47 3433 7023 / 47 988139344	zona019@tre-sc.jus.br
				76	47 3433 9355 / 47 988191530	zona076@tre-sc.jus.br
				95	47 3433 8671 / 47 988298312	zona095@tre-sc.jus.br
				96	47 3422 1354 / 47 988324236	zona096@tre-sc.jus.br
				105	47 3433 6433 / 47 988352259	zona105@tre-sc.jus.br
44	MAFRA	112	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-000	22	47 3642 5987 / 47 988142276	zona022@tre-sc.jus.br
45	PAPANDUVA	92,54	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	47 3653 2292 / 47 988216846	zona081@tre-sc.jus.br
46	PORTO UNIÃO	170	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	42 3523 3332 / 42 988114037	zona025@tre-sc.jus.br
47	RIO NEGRINHO	94	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	47 3644 1838 / 47 988188795	zona074@tre-sc.jus.br
48	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	47 3633 4236 / 47 988151580	zona030@tre-sc.jus.br
49	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	47 3444 1355 / 47 988151072	zona027@tre-sc.jus.br

E/OU

• Região 05:

- Cidade base: Lages



REGIÃO 05						
Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
50	ANITA GARIBALDI	114,65	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	49 3543 0322 / 49 988054821	zona052@tre-sc.jus.br
51	BOM RETIRO	107,39	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	49 3277 0575 / 49 988000239	zona004@tre-sc.jus.br
52	CAÇADOR	199,73	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	49 3563 0087 / 49 988001815	zona006@tre-sc.jus.br
53	CAMPOS NOVOS	232,24	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar - 89620-000	7	49 3541 1104 / 49 988006780	zona007@tre-sc.jus.br
54	CURITIBANOS	197,51	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	49 3241 0533 / 49 988010199	zona011@tre-sc.jus.br
55	FRAIBURGO	141,28	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580-000	77	49 3246 3013 / 49 988699568	zona077@tre-sc.jus.br
56	LAGES	257	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	49 3222 8316 / 49 988017273	zona021@tre-sc.jus.br
				93	49 3222 8312 / 49 988712360	zona093@tre-sc.jus.br
				104	49 3222 8317 / 49 988718569	zona104@tre-sc.jus.br
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	49 988054298 / 49 988054298	zona051@tre-sc.jus.br
58	SÃO JOAQUIM	349,77	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	49 3233 2088 / 49 988019387	zona028@tre-sc.jus.br
59	TANGARÁ	68,45	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro - 89642-000	47	49 3532 1024 / 49 988048752	zona047@tre-sc.jus.br
60	VIDEIRA	201	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	49 3533 2378 / 49 988028840	zona036@tre-sc.jus.br

E/OU

• Região 06:

- Cidade base: Chapecó



REGIÃO 06						
Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
61	ABELARDO LUZ	120	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	49 3445 4625 / 49 988693616	zona071@tre-sc.jus.br
62	CAMPO ERÊ	125	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	49 3655 1225 / 49 988061505	zona069@tre-sc.jus.br
63	CAPINZAL	90	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	49 3555 2459 / 49 988031048	zona037@tre-sc.jus.br
64	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	49 3323 2232 / 49 988021312	zona035@tre-sc.jus.br
				94	49 3323 5445 / 49 988714742	zona094@tre-sc.jus.br
65	CONCÓRDIA	285	R Ângelo Ari Biezus, N. 69, Térreo - 89700-194	9	49 3444 7198 / 49 988008703	zona009@tre-sc.jus.br
				90	49 3444 5970 / 49 988708504	zona090@tre-sc.jus.br
66	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	49 3644 0446 / 49 988695311	zona050@tre-sc.jus.br
67	ITAPIRANGA	158,4	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	49 3677 0207 / 49 988060670	zona065@tre-sc.jus.br
68	JOAÇABA	210	Av Xv de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	49 3522 1246 / 49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
				85	49 3521 3060 / 49 988703813	zona085@tre-sc.jus.br
69	MARAVILHA	163,59	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	49 3664 0856 / 49 988058419	zona058@tre-sc.jus.br
70	MODELO	165	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	49 3365 3504 / 49 988058765	zona083@tre-sc.jus.br
71	PALMITOS	206,43	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	49 3647 0539 / 49 988036769	zona041@tre-sc.jus.br
72	PINHALZINHO	154,47	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	49 3366 1822 / 49 988061055	zona066@tre-sc.jus.br
73	PONTE SERRADA	100	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	49 3435 0004 / 49 988059976	zona063@tre-sc.jus.br
74	QUILOMBO	80,14	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 S15 Ed Dom Victório - 89850-000	78	49 3346 3361 / 49 988702063	zona078@tre-sc.jus.br
75	SÃO CARLOS	260	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01 - 89885-000	70	49 3325 4038 / 49 988692545	zona070@tre-sc.jus.br
76	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	49 3344 1255 / 49 988050898	zona049@tre-sc.jus.br



77	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900-000	45	49 3621 0886 / 49 988041961	zona045@tre-sc.jus.br
				82	49 3621 1016 / 49 988033111	zona082@tre-sc.jus.br
78	SEARA	233,72	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	49 3452 4763 / 49 988059529	zona061@tre-sc.jus.br
79	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	49 3433 5056 / 49 988037396	zona043@tre-sc.jus.br
80	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	49 3353 1358 / 49 988049984	zona048@tre-sc.jus.br

1.1.1. A mão de obra utilizada na execução dos serviços deverá ser constituída de empregados da Contratada, com exceção dos casos de subcontratação, sendo que esses deverão ser previamente autorizados e obedecer ao disposto na subcláusula 1.2.6.

1.1.2. Os serviços deverão ser executados por mão de obra devidamente qualificada e regularmente contratada. Deverão também ser efetuados em rigorosa obediência às instruções contidas neste Contrato, nas normas técnicas e legislação regulamentadora da atividade, assim como em conformidade com as melhores práticas relacionadas aos serviços.

1.1.3. A definição dos preços a serem pagos pelos serviços prestados e pelos materiais utilizados se dará por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços, materiais e insumos diversos descritos nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Sobre essa composição será aplicado o desconto ofertado pela Contratada na proposta e, sobre o valor resultante, será aplicado o BDI.

1.1.4. O Contratante poderá solicitar a Contratada a execução de **serviços adicionais** de adequações corretivas, que correspondem a um conjunto de intervenções de maior amplitude, efetuadas em edificações específicas, com o objetivo de aprimorar suas condições de utilização ou adequá-las a normas técnicas ou legislação vigentes.

1.1.5. Os serviços a serem prestados deverão respeitar os preceitos das normas e legislação vigentes, relativas ao assunto. Todo serviço rejeitado pela Gestão e Fiscalização deverá ser imediatamente refeito com a qualidade compatível com a especificada neste Contrato, assim como nas normas correlatas.

1.1.6. Os materiais deverão ser empregados obedecendo-se às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia dos profissionais da empresa Contratada.

1.1.7. A lista, não exaustiva, dos serviços que deverão ser executados pela Contratada está no **Anexo I deste Contrato**.

1.1.8. Salvo por determinação expressa neste Contrato, os equipamentos, ferramentas e insumos necessários a execução das atividades são de total responsabilidade da Contratada.

1.1.9. Nenhuma demanda de manutenção pode ficar pendente por falta de ferramental adequado para sua correta execução.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A Contratada deverá estar disponível para execução do objeto desta contratação imediatamente após o cumprimento das obrigações iniciais previstas neste Contrato.

Os serviços deverão ser executados da seguinte forma:

a) a solicitação de serviço será efetuada exclusivamente pela Seção de Manutenção Predial – SMP do Contratante. Serviços efetuados que não tenham sido solicitados pela SMP não serão considerados para efeito de pagamento;

b) após receber a solicitação de execução de serviço, a Contratada deverá entrar em contato com o(a) Chefe do Cartório ou responsável da unidade onde o serviço será realizado, agendando data e horário para a execução da tarefa;



c) a Contratada deverá executar os serviços nos prazos previstos neste Contrato, dependendo do tipo de serviço: ordinário ou emergencial;

d) a Contratada deverá realizar apenas os serviços solicitados pela SMP. Caso a Contratada verifique, no local do atendimento, a necessidade de execução de serviços complementares aos solicitados, deverá pedir autorização prévia à SMP para efetua-los;

e) após a execução de cada serviço, a Contratada deverá preencher o Relatório de Execução (RE), com as informações referentes ao atendimento efetuado, de acordo com o modelo presente no **Anexo III – Relatório de Execução**;

f) o RE deverá ser assinado pela fiscalização do contrato, ou seja, o(a) Chefe do Cartório onde o serviço foi executado ou servidor(a) por ele(a) designado(a), que atestará a realização do atendimento. A Contratada deverá deixar uma cópia do RE com o(a) Chefe do Cartório, no dia em que o atendimento for realizado / finalizado;

g) a Contratada deverá enviar à Seção de Manutenção Predial – SMP, no primeiro dia útil de cada semana, as cópias dos Relatórios de Execução (RE) referentes aos atendimentos realizados na semana anterior. O não envio de RE para a SMP resultará na não inclusão do serviço no faturamento mensal, até que a Contratada apresente o relatório;

h) na solicitação de serviço, a SMP incluirá o maior número possível de informações a respeito do problema a ser sanado, de modo que a Contratada possa preparar-se com os materiais e ferramentas necessários para resolver o problema no primeiro atendimento;

i) a Contratada deverá levar, por ocasião de cada atendimento, os materiais e ferramentas usuais para resolução do problema informado, de modo a evitar, sempre que possível, a necessidade de nova visita. Caso não seja possível executar o serviço no primeiro atendimento, os técnicos da Contratada deverão apresentar justificativa no Relatório de Execução;

j) caso considere necessário, o Contratante poderá disponibilizar servidor(a) para acompanhar os profissionais da Contratada na execução do serviço. O acompanhamento ou não por servidor(a) do Contratante não exime a Contratada da total responsabilidade sobre a adequação do serviço realizado;

k) a adequação do serviço também poderá ser objeto de verificação pela Seção de Manutenção Predial – SMP. A SMP poderá, assim como a fiscalização, caso considere que o serviço não foi efetuado adequadamente, solicitar que a Contratada o refaça de acordo com as especificações exigidas, sem custo adicional;

l) a Contratada será responsável pela segurança dos seus empregados na execução dos serviços desta contratação. Dessa forma, deverá providenciar o treinamento necessário aos seus empregados, assim como avaliar as situações que possam oferecer riscos. O Contratante poderá solicitar à Contratada o parecer técnico de avaliação de segurança em relação a determinado serviço, que deverá ser elaborado por profissional devidamente habilitado;

m) na execução do serviço, o local deve apresentar-se organizado, limpo e desimpedido, principalmente nas vias de circulação e passagens. O entulho deve ser depositado em local adequado e ser regularmente coletado e removido. Por ocasião de sua remoção, cuidados especiais devem ser tomados, de forma a evitar poeira e outros riscos;

n) **para efeito de pagamento**, serão considerados, para cada serviço, as especialidades profissionais e o número de horas de mão de obra previstos na **Tabela SINAPI - Custo de Composições Analítico**;

o) por questões de segurança, não será permitida execução de serviço por apenas um profissional da Contratada. Nos casos em que a Tabela SINAPI - Custo de Composições Analítico preveja apenas um profissional, a Contratada deverá disponibilizar um ajudante extra. O preço unitário da hora técnica desse ajudante será o constante no item “88241 AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES” da Tabela SINAPI - Custo de Composições Analítico, e a quantidade de horas a ser paga para esse profissional será a mesma prevista no item do serviço efetuado;

p) **no caso de subcontratação**, a Contratada deverá disponibilizar um encarregado para acompanhar a empresa subcontratada.



1.2.1. Atendimento Emergencial

Consiste no atendimento de situações que ameaçam interromper ou prejudicar significativamente as atividades na edificação. As situações que podem demandar atendimento emergencial são as seguintes:

- desastre natural;
- violação de segurança (pessoal e patrimonial);
- evento que comprometa a disponibilidade de energia elétrica;
- evento que comprometa a disponibilidade de água;
- evento que comprometa o funcionamento das instalações hidráulicas e sanitárias;
- evento que comprometa a segurança estrutural da edificação.

1.2.1.1. Na hipótese de evento que se enquadre em uma das situações acima, o Contratante definirá se o atendimento será classificado como emergencial ou não, de acordo com a criticidade da situação e o grau de risco que oferece;

1.2.1.2. De forma a agilizar a resolução da situação emergencial, a solicitação de atendimento poderá ser efetuada via e-mail ou contato telefônico. Caso seja efetuada por meio de contato telefônico, haverá posterior envio de e-mail;

1.2.1.3. Nesses casos, o prazo máximo para que a Contratada efetue procedimento que neutralize o risco, interrupção ou perturbação causado pela situação emergencial é de 8 (oito) horas, contado a partir do contato telefônico ou do e-mail de solicitação de atendimento;

1.2.1.4. Caso seja necessário procedimento adicional para a resolução do problema que causou a situação emergencial, o prazo máximo para executá-lo é de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do fim do atendimento que neutralizou o risco, interrupção ou perturbação;

1.2.1.5. Caso a Contratada considere que não poderá cumprir o prazo para resolução do problema, deverá solicitar prorrogação do prazo à Seção de Manutenção Predial – SMP, justificando a razão dessa impossibilidade. A SMP poderá aceitar ou não a solicitação. Caso a solicitação não seja aceita, a Contratada deverá cumprir o prazo inicialmente estabelecido;

1.2.1.6. As solicitações de atendimento emergencial poderão ser efetuadas e deverão ser atendidas em qualquer dia da semana, incluindo sábados, domingos e feriados; e

1.2.1.7. Os prazos para neutralização de risco, interrupção ou perturbação e para resolução de problema são válidos em qualquer dia da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

1.2.2. Atendimento Ordinário

O atendimento ordinário consiste no atendimento de situações que não se enquadrem nas situações definidas como emergenciais.

1.2.2.1. O prazo máximo para execução do serviço é de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao da emissão, via e-mail, da solicitação de atendimento;

1.2.2.2. Em situações excepcionais, mediante solicitação do Contratante e concordância da Contratada, serviços poderão ser executados fora dos dias de expediente do Tribunal.

1.2.2.3. Caso a Contratada considere que não poderá cumprir o prazo para execução do serviço, deverá solicitar prorrogação do prazo a Seção de Manutenção Predial - SMP, justificando a razão dessa impossibilidade. A SMP poderá aceitar ou não a solicitação. Caso a solicitação não seja aceita, a Contratada deverá cumprir o prazo inicialmente estabelecido;

1.2.2.4. Excepcionalmente, em virtude de circunstâncias de organização interna, o Contratante poderá estabelecer uma data para que a Contratada efetue o atendimento. Essa data sempre será posterior ao prazo máximo regular de atendimento ordinário.

1.2.2.5. As solicitações serão enviadas pela SMP, via e-mail, até as 19 horas, de segunda-feira à sexta-feira; e

1.2.2.7. Na medida do possível, de modo a auxiliar na otimização do trabalho da Contratada, a SMP agrupará na mesma solicitação os pedidos de atendimento ordinário relacionados à mesma cidade.



1.2.3. Adequações Corretivas

As adequações corretivas consistem em conjuntos de intervenções de maior amplitude em edificações definidas pelo Contratante. Essas intervenções não contemplam ações que demandem soluções complexas de engenharia e que acarretem alterações estruturais nas edificações, tais como serviços em fundações e estruturas, assim como intervenções de alta complexidade em instalações elétricas, hidrossanitárias, etc. Cabe ressaltar que a limitação na execução das adequações corretivas refere-se ao grau de complexidade dos serviços, e não ao seu volume.

1.2.3.1. A necessidade de adequações corretivas será repassada pela Seção de Manutenção Predial – SMP, via e-mail, à Contratada. A Contratada deverá realizar apenas os serviços solicitados pela SMP;

1.2.3.2. Após o encaminhamento da solicitação pela SMP, a Contratada deverá visitar e inspecionar o local, apresentando posteriormente planilha orçamentária contendo relação detalhada das ações que serão executadas, com seus respectivos itens, quantidades e valores relacionados na Tabela SINAPI - Custo de Composições Analítico, assim como prazo de execução da adequação corretiva;

1.2.3.3. Nas ações que não constem na referida tabela, deverão ser utilizados itens da tabela Preços de Insumos. Caso as ações tampouco constem nessa tabela, a Contratada deverá apresentar orçamento próprio para o item;

1.2.3.4. A mão de obra e deslocamento referentes à visita para inspeção do local pelo(s) representante(s) da Contratada serão remunerados, conforme diretrizes estabelecidas na subcláusula 1.2.7;

1.2.3.5. As informações repassadas pela Contratada serão objeto de análise pelo Contratante, que poderá aprovar, rejeitar ou solicitar alterações;

1.2.3.6. O prazo máximo para apresentação da planilha será de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do dia seguinte à solicitação da Seção de Manutenção Predial - SMP;

1.2.3.7. Após a aprovação da planilha, a Contratada terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para iniciar os serviços, contado a partir do dia seguinte à comunicação de aprovação;

1.2.3.6. A Contratada poderá solicitar prorrogação dos prazos de apresentação da planilha e de início dos serviços, apresentando justificativa para essa solicitação. A justificativa será analisada pelo Contratante, que poderá aceitá-la ou não. Caso não seja aceita, a Contratada deverá cumprir os prazos inicialmente estabelecidos;

1.2.3.7. Na adequação corretiva de maior porte, avaliada a necessidade pela SMP, será permitida a presença de um(a) encarregado(a) na equipe de trabalho da Contratada; e

1.2.3.8. As ações de adequação corretiva em determinada edificação não eximem a Contratada de manter a qualidade e de cumprir os prazos de execução dos atendimentos ordinários e emergenciais do período.

1.2.4. Materiais, Peças e Insumos

1.2.4.1. Contratada deverá fornecer - além da mão de obra - todos os materiais, peças e insumos necessários à execução dos serviços.

1.2.4.2. Os materiais, peças e insumos deverão ser novos e de primeira qualidade, em obediência às normas técnicas vigentes, de forma a assegurar o perfeito funcionamento das instalações e equipamentos. As peças deverão ser originais ou similares. No caso de peças similares, deverão atender as especificações e funções dos originais. Não serão aceitas peças reconcondicionadas.

1.2.4.3. Os custos dos insumos de limpeza e materiais de consumo necessários aos serviços (álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos antiferrugem, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas *teflon*, veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas instantâneas, etc.) serão por conta da Contratada.

1.2.4.4. O Contratante poderá exigir da Contratada a utilização de materiais específicos, caso considere que são os mais adequados do ponto de vista técnico e/ou de sustentabilidade.

1.2.4.5. A Contratada será inteiramente responsável pelo transporte dos materiais, peças e insumos utilizados nos serviços, sem ônus para o Contratante.



1.2.4.6. O **Anexo IV** apresenta **relação de marcas de referência** para um conjunto de materiais. Essa relação de marcas visa oferecer uma referência de qualidade, para que não sejam utilizados materiais de baixo nível, que poderiam comprometer a adequação e a segurança dos serviços. Essas marcas já estão pré-aprovadas para utilização.

1.2.4.7. Para o conjunto de materiais previstos no Anexo IV, caso a Contratada pretenda utilizar marca diferente das contidas na relação, tal marca deverá ser aprovada pelos respectivos órgãos oficiais certificadores e reguladores. Caso a Contratada considere que não seja possível utilizar uma das marcas de referência ou marca aprovada pelos órgãos oficiais certificadores e reguladores, deverá apresentar o material previamente para análise da Seção de Manutenção Predial – SMP, que poderá aprová-lo ou não. Caso não seja aprovado, a Contratada deverá utilizar material de uma das marcas de referência ou de marca aprovada pelos órgãos oficiais certificadores e reguladores.

1.2.4.8. Em relação ao conjunto de materiais previstos no Anexo IV, na hipótese de utilização, sem autorização da SMP, de material que não seja de uma das marcas de referência ou aprovada pelos órgãos oficiais certificadores e reguladores, a Contratada deverá refazer o serviço utilizando marca listada no Anexo IV ou aprovada pelos órgãos oficiais certificadores e reguladores, sem ônus adicional para o Contratante.

1.2.4.9. O Contratante poderá exigir o uso de marca ou modelo específico de determinado material, caso seja necessário para a manutenção da padronização de determinado ambiente ou componente existente.

1.2.5. Dos Deslocamentos

1.2.5.1. Os deslocamentos para execução dos serviços de manutenção solicitados pelo TRE-SC serão reembolsados com base no preço unitário do item “92145 - CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO. AF_11/2015” da tabela SINAPI - Composições Analítico.

1.2.5.2. Além desse, serão consideradas as horas em deslocamento dos profissionais que executarão os serviços. Caso o mesmo empregado execute serviços relacionados a especialidades profissionais distintas, será considerado, para efeito de pagamento das horas em deslocamento, o serviço profissional que demandou mais tempo para execução.

1.2.5.3. O deslocamento deverá ser feito em veículo próprio da Contratada.

1.2.5.4. Sobre o custo de deslocamento incidirá o BDI e o desconto ofertado pela Contratada para esta contratação.

1.2.5.5. Será considerado apenas o deslocamento referente à ida e volta entre a cidade-base da região e a cidade atendida. Não haverá pagamento de deslocamento caso a unidade atendida esteja localizada na cidade-base.

1.2.5.6. Para fins de pagamento de deslocamento, o conjunto de unidades que serão atendidas (listadas no **Anexo V**) foi dividido em regiões, sendo que o deslocamento será considerado a partir de uma cidade-base pré-estabelecida em cada região.

1.2.5.7. A definição das regiões, cidades-base, distâncias e tempos de deslocamento é a estabelecida na tabela listada no **Anexo V deste Contrato**.

1.2.6. Subcontratação

1.2.6.1. É vedada a transferência ou cessão total deste contrato, sendo permitida a subcontratação de serviços para os Atendimentos Emergenciais e a subcontratação, devidamente justificada, mediante autorização expressa do Contratante, para serviços previstos nos Atendimentos Ordinários e nas Adequações Corretivas, continuando, porém, a Contratada responsável, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações e responsabilidades legais e contratuais, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.

1.2.6.2. A fiscalização analisará as empresas ou profissionais apresentados pela Contratada e as autorizará por escrito. Eventuais recusas deverão ser devidamente justificadas.



1.2.7. Preços

1.2.7.1. Os serviços demandados pelo Contratante e executados pela Contratada serão pagos de acordo com os custos unitários presentes nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), localidade Florianópolis/SC;

1.2.7.2. Sobre estes valores incidirá o percentual de desconto apresentado pela Contratada na proposta e, sobre o valor resultante, o percentual de **23,68%**, relativo ao **BDI** (Benefícios e Despesas Indiretas – **Anexo II deste contrato**);

1.2.7.3. Será utilizada, preferencialmente, a tabela Custo de Composições Analítico. Na hipótese de serviço, parcela de serviço ou insumo que não esteja previsto na tabela Custo de Composições Analítico, será utilizada a tabela Preços de Insumos;

1.2.7.4. Ao longo da vigência desta contratação, serão utilizadas as tabelas vigentes no mês em que a Contratada executou o serviço. As tabelas utilizadas serão as correspondentes à tributação da Contratada, no que diz respeito à empresa ser optante ou não do regime tributário do Art. 7º da Lei 12.546/2011;

1.2.7.5. Eventualmente, o Contratante poderá, a seu critério, alterar ou criar composições de serviços, utilizando, para fins de pagamento, valores constantes em itens das tabelas SINAPI Composições Analítico e/ou Preços de Insumos;

1.2.7.6. Na hipótese de serviço, parcela de serviço ou insumo que não esteja previsto nas tabelas do SINAPI, a Contratada deverá apresentar orçamento prévio. O orçamento deverá conter, no mínimo, descrição do serviço ou insumo, marca/modelo, quantidades, unidade de medida, custo unitário e preço final do item após aplicação de BDI e desconto;

1.2.7.7. O TRE-SC analisará se as informações do orçamento estão adequadas às exigências do serviço, assim como se o valor está dentro do preço de mercado. Caso o orçamento preencha esses requisitos, a Contratada será autorizada a executar o serviço;

1.2.7.8. As diretrizes de pagamento explicitadas nos parágrafos anteriores se aplicam também aos casos de subcontratação, tanto no que se refere aos itens previstos nas tabelas do SINAPI quanto aos que deverão ser objeto de orçamento prévio. Em ambos os casos, sobre os custos diretos incidirá o percentual de desconto ofertado pela Contratada na proposta e, sobre o valor resultante, o BDI;

1.2.7.9. Para as adequações corretivas, a Contratada deverá apresentar planilha prévia contendo as ações que serão executadas. Os serviços e insumos que constam na tabela SINAPI Custo de Composições Analítico deverão ser descritos com seus respectivos itens, quantidades e custos relacionados na tabela. Caso algum serviço não esteja previsto na tabela SINAPI Custo de Composições Analítico, a Contratada deverá utilizar itens da tabela SINAPI Preços de Insumos para materiais e itens da tabela SINAPI Custo de Composições Analítico para mão de obra. Na hipótese de o serviço ou insumo não constar descrito em nenhuma das tabelas mencionadas, a Contratada deverá apresentar orçamento próprio para o item. Em qualquer dos casos, sobre os custos diretos incidirá o percentual de desconto ofertado pela Contratada na proposta e, sobre o valor resultante, o BDI.

1.2.8. Medição dos Serviços

1.2.8.1. A Contratada encaminhará à Seção de Manutenção Predial, mensalmente, no início de cada mês, planilha de faturamento contendo compilação dos serviços executados no mês anterior para cada Município.

1.2.8.2. Serão incluídos na planilha apenas os serviços cujos Relatórios de Execução - vide modelo no **Anexo III deste Contrato** - assinados pelo(a) fiscal, tenham sido enviados para a Seção de Manutenção Predial – SMP.

1.2.8.3. Para constarem na planilha, os serviços deverão ter sido finalizados de forma satisfatória, de acordo com as diretrizes presentes neste Contrato, e cuja adequação tenha sido certificada pelo(a) fiscal na unidade e confirmado pela Seção de Manutenção Predial – SMP.

1.2.8.4. A planilha conterá, no mínimo, os seguintes dados:

- i. Mês de referência;
- ii. Cidade(s) onde os serviços foram executados;
- iii. Número das ordens de serviço;



iv. Código da tabela SINAPI para cada item (ou indicação de que o item foi precificado mediante orçamento próprio);

v. Custo unitário do item na tabela SINAPI;

vi. Unidade de medida e quantidade do item;

vii. Custo direto total do item;

viii. Preço final do item com aplicação de desconto e BDI;

ix. Valor final para faturamento (após aplicação do desconto e do BDI).

1.2.8.5. Sugere-se o envio de planilhas de orçamento sintético e analítico.

1.2.8.6. A SMP terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para manifestar sua concordância ou não em relação aos itens constantes na planilha.

1.2.8.7. Após a concordância em relação à planilha de faturamento, a SMP deverá autorizar a empresa a emitir as notas fiscais para liquidação e pagamento.

1.3. Qualificação Técnica

1.3.1. Os profissionais da Contratada encarregados de realizar os serviços objeto desta contratação deverão ser experientes e especializados em cada área de atuação.

1.4. Conformidade Técnica

1.4.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto deste contrato, ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes:

a) Normas e especificações constantes desta documentação; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial:

i. NBR 5674:2012 – Manutenção de Edificações: Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;

ii. NBR 15575/2013 – Edificações habitacionais – Desempenho (Partes 1 a 6);

iii. NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;

iv. NBR 8160/1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;

v. NBR 5626/1998 - Instalação predial de água fria.

b) Normas do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO e suas regulamentações; aos regulamentos das empresas concessionárias;

c) Normas regulamentadoras nº 06, 10, 18, 20, 23 e 35 do Ministério do Trabalho e Emprego e demais regulamentações dos órgãos competentes;

d) Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;

e) Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:

i. Plano de Logística Sustentável do TRE-SC;

ii. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

iii. Decreto nº 10.779/ de 25 de agosto de 2021, que dispõe sobre medidas de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.

1.5. Impacto Ambiental

1.5.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante, em especial a Resolução 307 do CONAMA.

1.5.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:



- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes, de materiais tóxicos como o óleo de motor.

1.5.3. A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 065/2022, de ____/____/____, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ____/____/____, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida a Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços, sob demanda, objeto deste Contrato, descritos na Cláusula Primeira, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, o valor obtido com base nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, **com desconto de:**

- a) ____% (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 2; E/OU**
- b) ____% (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 3; E/OU**
- c) ____% (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 4; E/OU**
- d) ____% (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 5; E/OU**
- e) ____% (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 6.**

2.2. O valor obtido a partir da aplicação do percentual de desconto descrito na subcláusula 2.1 será acrescido pelo percentual relativo ao **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de 23,68%.**

2.3. Aplicando-se os percentuais descritos nas subcláusulas 2.1 e 2.2, o custo estimado é de:

- a) R\$ ____ (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 2; E/OU**
- b) R\$ ____ (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 3; E/OU**
- c) R\$ ____ (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 4; E/OU**
- d) R\$ ____ (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 5; E/OU**
- e) R\$ ____ (____), referente à manutenção predial dos imóveis relacionados na **Região 6.**



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR MENSAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor mensal total estimado a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se a aplicação do percentual de desconto fixado na subcláusula 2.1 e, sobre esse valor resultante, a aplicação do percentual do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) constante na subcláusula 2.2.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até **31 de agosto de 2026**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e do Relatório Técnico mensal de execução dos serviços, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. Ao longo da vigência deste contrato, serão utilizadas para fins de pagamento as tabelas vigentes no mês em que a Contratada executou o serviço.

6.1.2. Desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos durante a execução dos serviços, o recebimento provisório ocorrerá por ocasião da realização de cada serviço, por meio de preenchimento de campo próprio no Relatório de Execução e posterior liquidação e pagamento.

6.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.5. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.



6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, a Contratante efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pela Contratante os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2022NE000_____, em ____/____/2022, no valor de R\$ _____ (_____).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do **Gestor do Contrato**, qual seja, o(s) servidor(es) titular(es) da função de Chefe de Cartório ou, na sua ausência, o(s) seu(s) substituto(s), em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993. O apoio técnico será dado pela Seção de Manutenção Predial - SMP.

9.2. A Fiscalização terá autoridade para:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;

b) exigir o cumprimento de todos os itens especificados nesta contratação;

c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;

d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;



e) aprovar materiais e/ou equipamentos similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas;

f) determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE-SC.

9.3. A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

9.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRE-SC, preferencialmente, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência do Edital do Pregão n. 065/2022 e em sua proposta;

10.1.2. realizar os serviços de manutenção predial em quaisquer edifícios sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC nas cidades da região onde prestará os serviços;

10.1.2.1. inicialmente, os imóveis do TRE-SC estão listados na subcláusula 1.1;

10.1.2.2. executar os serviços nos novos endereços, caso haja mudança no endereço ou acréscimo de imóveis na respectiva região;

10.1.2.3. as áreas aproximadas dos imóveis e respectivas localizações estão indicadas na subcláusula 1.1;

10.1.3. em se tratando de empresa registrada no CREA, se for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem, deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, o **registro** do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1.121, de 13.12.2019, do CONFEA;

10.1.4. tomar as seguintes providências em **até 20 (vinte) dias** a contar do recebimento deste contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

a) apresentar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto deste contrato: Manutenção Predial;

b) providenciar, às suas expensas, e entregar à Seção de Manutenção Predial do TRE-SC a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), Registro de Responsabilidade Técnica – RRT(s) ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s) do profissional citado na alínea “a”, devidamente registrada no CREA, CAU ou CRT, de execução dos serviços objeto deste contrato. A ART, RRT ou equivalente deverá ter validade durante a vigência deste contrato, e nova ART ou RRT deverá ser apresentada a cada eventual prorrogação contratual;

c) participar, dentro do período compreendido entre o recebimento deste contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRE-SC; e

d) designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência deste Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.

10.1.5. em relação às exigências de sustentabilidade da contratação, são obrigações da Contratada:



a) obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as resoluções do MTE; e

b) fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

10.1.6. prestar os serviços em horário a ser definido pela fiscalização do Contrato, compreendendo o horário de 8 às 19 horas, de segunda a sexta-feira;

a) haverá serviços que, pelas características de funcionamento dos prédios e horário de funcionamento da Justiça Eleitoral, deverão ser executados em períodos noturnos, feriados e finais de semana, mormente aqueles que provoquem ruídos excessivos, poeira, sujeira ou qualquer outro tipo de transtorno que prejudique as atividades ali laboradas, bem como as manutenções corretivas emergenciais.

10.1.7. responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

10.1.8. executar os serviços na forma determinada neste contrato, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Gestão e Fiscalização;

10.1.9. manter quadro de pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;

10.1.10. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho;

10.1.11. responder por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao TRE-SC;

10.1.12. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-SC ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta contratação, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

10.1.13. participar de reuniões técnicas, agendadas a critério do Contratante. Poderá ser exigida a presença do(a) Responsável Técnico(a), e os custos relacionados aos eventuais deslocamentos ocorridos em função da participação das reuniões não acarretarão ônus ao Contratante;

10.1.14. iniciar a execução dos serviços sempre com a identificação prévia dos funcionários responsáveis e a identificação do Supervisor responsável;

10.1.15. disponibilizar, quando necessário, profissional habilitado (com registro no CREA, CAU, CRT ou Conselho equivalente), para acompanhamento e orientação técnica de seus profissionais, sem qualquer ônus adicional ao Contratante;

10.1.16. executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, a critério do Contratante;

10.1.16.1. a contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, os relatórios de manutenção preventiva quando cabível, de acordo com referido cronograma;

10.1.17. submeter previamente à aprovação da Gestão eventuais ajustes no cronograma, no plano de execução ou qualquer outra modificação na metodologia originalmente prevista para a execução dos serviços;

10.1.18. cumprir as normas de segurança vigentes, assim como aquelas oriundas da Portaria n. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, devendo zelar pela segurança de seus funcionários, fiscalizar e orientá-los quanto à utilização de equipamento de proteção individual (EPI) sempre que necessário;

10.1.19. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados em serviço, acidentados ou com mal súbito;

10.1.20. respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências de qualquer edificação do TRE-SC ou à disposição deste;

10.1.21. diligenciar para que seus funcionários tratem o pessoal da Gestão, Fiscalização e demais servidores do TRE-SC com atenção e urbanidade, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados;



10.1.22. facilitar, durante a realização dos serviços, em tudo o que dela depender, o trabalho da Gestão, acatando imediatamente ordens, decisões e observações emanadas desta;

10.1.23. levar imediatamente ao conhecimento da Gestão e Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis;

10.1.24. evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços, programando adequadamente as atividades executivas;

10.1.25. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.1.26. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.1.27. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

10.1.28. prestar garantia mínima de 90 (noventa) dias quanto aos serviços e materiais empregados na execução das demandas objeto desta contratação;

10.1.28.1. caso o material empregado possua prazo de garantia superior dado pelo fabricante, este prazo prevalecerá;

10.1.29. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

10.1.30. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 065/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e neste contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) causar o atraso na execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar a execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) declarar informações falsas; e
- g) cometer fraude fiscal.

11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

c) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;



e) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

f) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

11.1.2. As sanções previstas na subcláusula 11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.3. A pena prevista na alínea “b” da subcláusula 11.1.1 poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

11.1.4. Quando a ação ou omissão da Contratada ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2. Para os casos não previstos na subcláusula 11.1, se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do serviço;

11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do serviço;

11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior.

11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência do edital do Pregão n. 065/2022, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento contratual, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual (EPI) e coletivo, quando necessários.	LEVE	Por ocorrência.
2	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	LEVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
3	Deixar de fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses.	MÉDIA	Por ocorrência.
4	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	MÉDIA	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	MÉDIA	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
6	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	GRAVE	Por ocorrência.
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.



11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.4. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.1 e na alínea "d" da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos neste Contrato, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do serviço em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.5.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.

11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "d" da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "d" da subcláusula 11.3 exaure-se a esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "b" ou "c" da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas na subcláusula 11.2.1.4 e na alínea "d" da subcláusula 11.3.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. É vedado às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

13.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

13.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

13.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

13.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá a Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

15.2. São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os seguintes direitos:

a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto contratado, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRE-SC distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e

b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente desta contratação, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do TRE-SC, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.



E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ... de de 2022.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:



ANEXO I DO CONTRATO

ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

Este anexo estabelece as especificações para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos diversos sistemas prediais e seus componentes.

A relação de intervenções presente neste documento não é exaustiva, pois poderão ser demandados procedimentos que não estejam explicitamente elencados neste anexo. Contudo, tais procedimentos inserem-se dentro dos campos de atuação descritos nesta relação:

1 - ÁREA CIVIL

1.1 – ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES

Este item compreende a recuperação ou execução de:

- Pequenas estruturas auxiliares de concreto armado, metálica, madeira, etc.;
- Serviços pontuais em fundações rasas;
- Pequenas recuperações de peças de concreto armado com ferragem aparente;
- Grauteamento de peças de concreto armado;
- Pequenas recuperações de estruturas metálicas.

1.2 – PISOS E PAVIMENTAÇÕES

Compreende a reconstituição, recuperação, manutenção ou confecção de:

- Calçamento, pisos cimentados, contrapisos;
- Revestimentos de piso em: cerâmica/porcelanato, taco de madeira, vinílico, pedras em geral, podotâteis, carpete, etc.;
- Pavimentação asfáltica;
- Colchão de brita em estacionamentos;
- Rodapés e vistas em madeira, poliestireno, ou outro material demandado pela fiscalização;
- Fitas antiderrapantes;
- Blocos de concreto (paver);
- Meio-fios.

1.3 – PAREDES E FECHAMENTOS

Compreende o fornecimento, manutenção, recuperação, ajustes ou execução de:

- Elementos de vedação de alvenaria (blocos cerâmicos, concreto, concreto celular, etc);
- Revestimentos de paredes em geral (cerâmica, pedra, etc);
- Rasgos com posterior fechamento para passagem de instalações;
- Emassamento / pinturas em paredes;
- Impermeabilizações.

1.4 – DIVISÓRIAS

Compreende serviços de instalação, montagem e desmontagem, bem como fornecimento de divisórias e afins, incluindo todo material necessário à execução dos serviços, contemplando, dentre outros, os seguintes itens:

- Divisórias em gesso acartonado (dry-wall);



- Portas, fechaduras, dobradiças;
- Perfis em alumínio;
- Materiais para isolamento acústico.

1.5 – PORTAS, PORTÕES E CERCAMENTOS

Este item compreende o fornecimento, instalação, manutenção, recuperação, ajustes e substituição de:

- Portas (madeira maciça, madeira semi-oca, metálica, vidro temperado, divisória, etc);
- Portões (metálicos ou em tela metálica, vidro temperado, madeira, etc);
- Motores de portões;
- Cercas de alambrado, perfil metálico, madeira, etc;
- Molas de piso de portas de vidro temperado;
- Dobradiças e fechaduras;
- Trilhos e roldanas de portões;
- Impermeabilizações.

1.6 – ESQUADRIAS, VIDROS E PELÍCULAS

Este item compreende o fornecimento, instalação, manutenção, lubrificação, recuperação, ajustes e substituição de:

- Esquadrias de alumínio, madeira, ferro, etc.
- Impermeabilização de janelas e portas;
- Fechaduras e dobradiças;
- Trilhos, drenos e comandos de janelas;
- Vidros comuns (liso, cancelado, martelado, aramado, etc) e laminados;
- Películas para vidro.

1.7 – PERSIANAS

Este item compreende a manutenção, substituição de trilhos e componentes, limpeza e lavagem, remanejamento, reinstalação, desmontagem, retirada e instalação com fornecimento de materiais, dos seguintes tipos de persianas:

- Persianas verticais, com lâminas em resina;
- Persianas verticais, com lâminas em PVC;
- Persianas horizontais em alumínio.

1.8 – FORROS

Compreende o fornecimento, instalação, manutenção, alinhamento, recuperação, substituição, lixagem e pintura dos diversos tipos de forro relacionados a seguir, bem como de suas estruturas de fixação:

- Forros em placas de gesso;
- Forros em gesso acartonado;
- Forros em placa fibro-mineral;
- Forros em PVC;
- Forros em madeira.

1.9 – COBERTURAS, CALHAS E RUFOS

Este item compreende a manutenção, recuperação, limpeza e impermeabilização dos mais diversos tipos de cobertura existentes nos prédios do Contratante (telhados de telha de fibrocimento, de telha ondulada,



calheta, cerâmica, laje em concreto aparente, telha metálica, etc.), bem como limpeza e desobstrução de calhas e descidas pluviais.

Compreende também a confecção de trechos de calhas e rufos em chapa metálica, com especificações fornecidas pelo Contratante.

1.10 – PINTURAS

Compreende serviços em ambientes internos e externos, cuja relação, não exaustiva, apresenta-se a seguir:

- Raspagem de pinturas antigas;
- Emassamento;
- Pinturas:
 - Alvenarias e estruturas de concreto (lixação, selador, tinta);
 - Madeiras (lixação, fundo, tinta);
 - Estruturas metálicas (lixação, zarcão, tinta);
 - Telhas;
 - Coberturas concreto aparente;
 - Tubulações de PVC e metálicas;
 - Tampas de concreto e metálicas;
 - Sinalizações horizontais e verticais, bem como demarcação de vagas de estacionamento.

1.11 – SERRALHERIA E SOLDA

Compreende, dentre outros, os seguintes serviços:

- Serviços de serralheria e solda em estruturas de aço e alumínio, bem como em peças não estruturais (grades, alambrados, portões, etc.);
- Serviços de serralheria e solda em tubulações, chapas e demais componentes metálicos;
- Manutenção de elementos metálicos em geral.

1.12 – BANCADAS E ACABAMENTOS EM PEDRA (GRANITO, MÁRMORE, ETC.)

Compreende o fornecimento, instalação, substituição, manutenção, rejuntamento e impermeabilização de:

- Bancadas;
- Soleiras e rodapés;
- Peitoris;
- Divisores em banheiros, copas, etc;
- Fachadas;
- Demais peças em pedra.

2 - ÁREA ELÉTRICA / ELETRÔNICA / TELECOMUNICAÇÕES / DADOS

2.1 – INFRAESTRUTURA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO E ACABAMENTOS ELÉTRICOS

Este item compreende todo e qualquer serviço necessário (manutenção, substituição, instalação com fornecimento de materiais) para manter a rede elétrica dos prédios e salas do Contratante em perfeito funcionamento, desde a entrada de energia em baixa tensão até os pontos de consumo, inclusive seus acabamentos (tomadas, interruptores, etc.).

Contempla, dentre outros, os seguintes elementos:

- Redes de entrada de energia;
- Caixas de passagem;
- Quadros (reaperto, termografia, etc.), disjuntores, contadoras, barramentos, etc.;



- Eletrodutos aparentes e embutidos, rígidos e flexíveis;
- Eletrocalhas;
- Fiação dos circuitos;
- Acabamentos elétricos (tomadas, interruptores, etc.).

2.2 – ILUMINAÇÃO

Compreende a instalação (com fornecimento de materiais), manutenção, limpeza, e substituição de:

- Lâmpadas (internas, externas);
- Luminárias (embutidas, de sobrepor, arandelas, etc.);
- Postes, holofotes;
- Medições do nível de iluminação.

2.3 – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Compreende a instalação (com fornecimento de materiais), manutenção, limpeza, testes e substituição de:

- Luminárias de emergência (tipo bloco autônomo, banco de baterias, etc.);
- Bancos de baterias;
- Efetuar o registro de tensões de cada elemento;
- Verificar o nível do eletrólito;
- Limpeza geral dos bancos;
- Manutenção das conexões e bornes dos elementos.
- Testes de nível de iluminação com eventual fornecimento de laudo com:
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT);
- Teste do sistema, simulando falta de energia.

2.4 – BOMBAS E SEUS SISTEMAS DE ACIONAMENTO E CONTROLE

Compreende a manutenção, substituição, reparo e instalação, com fornecimento de materiais, visando manter o perfeito funcionamento das bombas e seus sistemas de acionamento e controle, verificando e mantendo, dentre outros, os seguintes componentes:

- Bombas de sucção e recalque;
- Bombas de pressurização de redes de hidrante;
- Fluxostatos, pressostatos;
- Boias mecânicas;
- Boias elétricas superiores e inferiores;
- Quadros elétricos e de comando.

2.5 – SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)

Compreende, dentre outros, os seguintes serviços:

- Teste, com eventual fornecimento de laudo com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), da resistência ôhmica e do teste de continuidade do sistema;
- Instalação, substituição (de cabos, hastes, ponteiros, etc.) e manutenção de todo e qualquer componente do sistema;
- Manutenção e limpeza das caixas de aterramento.

2.6 – SISTEMAS DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIOS



Este item compreende a manutenção corretiva e preventiva (sob demanda) nos sistemas de detecção e alarme de incêndios instalados nos diversos prédios do Contratante, incluindo fornecimento e instalação de centrais de alarme e todos os dispositivos e acessórios de forma a colocar e manter em perfeito funcionamento os sistemas eletroeletrônicos de detecção e alarme de incêndio, contemplando, dentre outros, os seguintes componentes:

- Acionadores do tipo quebra-vidro com sirene embutida;
- Detectores ópticos de fumaça, endereçáveis;
- Detectores termovelocimétricos endereçáveis;
- Centrais de alarme;
- Sirenes de alarme de incêndio com sinalizadores visuais;
- Cabeamento, dutos e toda infraestrutura necessária para o sistema de detecção e alarme de incêndios.

3 - ÁREA HIDROSSANITÁRIA

3.1 – REDE DE ÁGUA FRIA / QUENTE

Compreende a manutenção, reparo, substituição, limpeza e instalação, com fornecimento de materiais, em todos os componentes do sistema de abastecimento de água fria e quente dos prédios do Contratante, contemplando, dentre outros, os seguintes elementos:

- Tubulações, conexões;
- Registros;
- Reservatórios superiores em concreto, fibra, polietileno, fibro-cimento, etc.;
- Cisternas;
- Boias mecânicas e elétricas;
- Chuveiros, duchas higiênicas, válvulas de descarga, caixas acopladas, etc.

3.2 – REDE DE ESGOTO

Compreende a manutenção, reparo, substituição, limpeza e instalação, com fornecimento de materiais, em todos os componentes do sistema de esgoto dos prédios da Contratante, contemplando, dentre outros, os seguintes elementos:

- Tubulações e conexões;
- Caixas sifonadas/ralos;
- Caixas de gordura;
- Caixas de passagem/inspeção;
- Fossas sépticas, sumidouros, filtros;
- Louças e metais sanitários;
- Grelhas;
- Calhas e descidas pluviais.

3.3 – SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO (SHP)

Compreende a manutenção corretiva e preventiva (sob demanda) nos sistemas hidráulicos preventivos instalados nos diversos prédios do Contratante, com fornecimento e instalação de materiais, peças e equipamentos de forma a colocá-lo e mantê-lo em perfeito funcionamento, contemplando, dentre outros, os seguintes elementos:

- Linhas das tubulações do SHP;



- Bombas de pressurização das linhas;
- Caixas de mangueiras;
- Registros e barrilete;
- Reserva Técnica de Incêndio (RTI): manutenção do nível, verificação e correção de vazamentos nos reservatórios superiores;
- Bóias mecânicas e elétricas;
- Mangueiras, mangotinhos, esguichos e chaves para mangueiras;
- Válvulas, adaptadores;
- Pintura e sinalização das linhas e das caixas de mangueiras;
- Hidrantes de passeio (acesso, abertura da tampa, ferrugem, funcionamento do registro, vazamentos, tampão cego, etc.).



ANEXO II DO CONTRATO

COMPOSIÇÃO DO BDI – BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

1. Equação do BDI:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC+S+R+G)) \times (1+DF) \times (1+L) - 1}{(1-I)} \right] \times 100$$

Sendo que:

- AC é a taxa de rateio da Administração Central;
- S é uma taxa representativa de seguros;
- R corresponde aos riscos e imprevistos;
- G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;
- DF é a taxa representativa das despesas financeiras;
- L corresponde à remuneração bruta do construtor;
- I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, COFINS, ISS e CPRB).

Os cálculos se basearam na publicação do Tribunal de Contas da União “ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS”.

2. Valores adotados no BDI:

Para esta contratação foram utilizados os valores médios para o tipo de obra “Construção de Edifícios” descritos no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, visto que é o que mais se aproxima do objeto desta contratação, o valor médio da taxa mensal da SELIC, no período entre os meses de abril de 2021 a março de 2022, e os tributos a serem recolhidos, resultando no percentual de **23,68%**.

* Referência:

- Acórdãos 325/2007, 2369/2011 e 2622/2013 do Tribunal de Contas da União - TCU.
- Publicação do Tribunal de Contas da União: “ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS”, 2014.



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

- [illegible]



- Parte do verso do formulário:

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO(A) FISCAL
O serviço foi executado de modo satisfatório?
() Sim () Não
As informações dos profissionais da contratada neste relatório estão de acordo com o atendimento realizado?
() Sim () Não
O serviço / atendimento foi realizado de acordo com as condições previstas no contrato?
() Sim () Não
Observações (preencher caso seja verificada alguma irregularidade):
Data: ____/____/20__
<div style="text-align: center;"> _____</div> <div style="text-align: center;">Assinatura e carimbo do(a) Chefe de Cartório ou servidor(a) delegado(a)</div>
* A ausência do preenchimento completo deste formulário, assim como a assinatura e carimbo do servidor do TRE-SC impedirá o pagamento do serviço realizado.



ANEXO IV DO CONTRATO

RELAÇÃO DE MARCAS DE REFERÊNCIA

Relação de marcas de referência de materiais a serem utilizadas nos serviços.

No caso de serviços que é necessária a manutenção do padrão existente, as marcas de referência poderão ser desconsideradas.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS DE REFERÊNCIA
1	REVESTIMENTOS CERÂMICOS DE PISO E PAREDE	- Eliane - Porto Bello - Portinari - Itagres
2	PISOS VINÍLICOS	- Tarkett Fademac - Duraflor
3	PISOS LAMINADOS	- Duraflor - Eucaflor
4	DIVISÓRIAS	- Eucatex - STM
5	FORROS FIBRO-MINERAL	- Armstrong
6	TINTAS	- Coral - Suvinil - Renner
7	ACABAMENTOS ELÉTRICOS (TOMADAS, INTERRUPTORES, ETC)	- Pial Legrand - Siemens - Schneider - Iriel - Fame
8	TERMINAIS DE REDE E TELEFONIA	- Amp - Furukawa - Lansan
9	CABOS ELÉTRICOS	- Pirelli - Corfio - Megatron - Sil
10	FITA ISOLANTE	- Tigre - 3M - Pirelli
11	ELETRODUTOS:	- Tigre - Fortleve - Krona - Wetzel
12	LÂMPADAS	- Philips - Osram - General Electric - Sylvania
13	TUBULAÇÕES DE ÁGUA/ESGOTO E MATERIAIS HIDROSSANITÁRIOS EM GERAL.	- Tigre - Amanco - Krona
14	FECHADURAS:	- Papaiz - Stam - Soprano - Pado

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido. Servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daqueles, desde que aprovados previamente pelo Contratante.



ANEXO V DO CONTRATO

TABELA DE CIDADES-BASE, DISTÂNCIAS E TEMPOS DE DESLOCAMENTO ENTRE AS CIDADES.

Os dados de distância entre a cidade-base foram estabelecidos com base em consulta na menor distância definida no *Google Maps*. E o tempo de deslocamento foi definido considerando uma velocidade média de 60 km/h nos deslocamentos entre as cidades.

• Região 02:

Item	Cidade-base	Destino	Distância ida e volta (Km)	Tempo ida e volta (h)
12	CRICIÚMA	ARARANGUÁ	83,00	1,38
13	CRICIÚMA	BRAÇO DO NORTE	119,40	1,99
14	CRICIÚMA	CRICIÚMA	0,00	0,00
15	CRICIÚMA	IÇARA	21,20	0,35
16	CRICIÚMA	IMARUÍ	280,00	4,67
17	CRICIÚMA	IMBITUBA	232,00	3,87
18	CRICIÚMA	LAGUNA	191,00	3,18
19	CRICIÚMA	ORLEANS	78,80	1,31
20	CRICIÚMA	SOMBRIÓ	134,00	2,23
21	CRICIÚMA	TUBARÃO	122,00	2,03
22	CRICIÚMA	TURVO	94,80	1,58
23	CRICIÚMA	URUSSANGA	40,00	0,67

E/OU

• Região 03:

Item	Cidade-base	Destino	Distância ida e volta (Km)	Tempo ida e volta (h)
24	BLUMENAU	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	127,20	2,12
25	BLUMENAU	BALNEÁRIO PIÇARRAS	111,40	1,86
26	BLUMENAU	BLUMENAU	0,00	0,00
27	BLUMENAU	BRUSQUE	88,80	1,48
28	BLUMENAU	GASPAR	33,40	0,56
29	BLUMENAU	IBIRAMA	148,80	2,48
30	BLUMENAU	INDAIAL	48,80	0,81
31	BLUMENAU	ITAJAÍ	104,80	1,75



32	BLUMENAU	ITAPEMA	149,80	2,49
33	BLUMENAU	ITUPORANGA	252,00	4,20
34	BLUMENAU	NAVEGANTES	108,60	1,81
35	BLUMENAU	RIO DO SUL	197,40	3,29
36	BLUMENAU	TAIÓ	296,00	4,94
37	BLUMENAU	TIMBÓ	60,00	1,00
38	BLUMENAU	TROMBUDO CENTRAL	230,00	3,83

E/OU

• Região 04:

Item	Cidade-base	Destino	Distância ida e volta (Km)	Tempo ida e volta (h)
40	JOINVILLE	GUARAMIRIM	72,80	1,21
41	JOINVILLE	ITAIÓPOLIS	324,00	5,40
42	JOINVILLE	JARAGUÁ DO SUL	89,80	1,49
43	JOINVILLE	JOINVILLE	0,00	0,00
44	JOINVILLE	MAFRA	274,00	4,57
45	JOINVILLE	PAPANDUVA	372,00	6,20
46	JOINVILLE	PORTO UNIÃO	548,00	9,13
47	JOINVILLE	RIO NEGRINHO	186,80	3,11
48	JOINVILLE	SÃO BENTO DO SUL	161,00	2,68
49	JOINVILLE	SÃO FRANCISCO DO SUL	89,80	1,49

E/OU

• Região 05:

Item	Cidade-base	Destino	Distância ida e volta (Km)	Tempo ida e volta (h)
50	LAGES	ANITA GARIBALDI	212,00	3,53
51	LAGES	BOM RETIRO	186,40	3,11
52	LAGES	CAÇADOR	358,00	5,97
53	LAGES	CAMPOS NOVOS	252,00	4,20
54	LAGES	CURITIBANOS	168,80	2,81
55	LAGES	FRAIBURGO	278,00	4,63
56	LAGES	LAGES	0,00	0,00
57	LAGES	SANTA CECÍLIA	226,00	3,77



58	LAGES	SÃO JOAQUIM	159,80	2,66
59	LAGES	TANGARÁ	328,00	5,47
60	LAGES	VIDEIRA	374,00	6,23

E/OU

• Região 06:

Item	Cidade-base	Destino	Distância ida e volta (Km)	Tempo ida e volta (h)
61	CHAPECÓ	ABELARDO LUZ	164,80	2,75
62	CHAPECÓ	CAMPO ERÊ	246,00	4,10
63	CHAPECÓ	CAPINZAL	306,00	5,10
64	CHAPECÓ	CHAPECÓ	0,00	0,00
65	CHAPECÓ	DIONÍSIO CERQUEIRA	384,00	6,40
66	CHAPECÓ	ITAPIRANGA	298,00	4,97
67	CHAPECÓ	JOAÇABA	312,00	5,20
68	CHAPECÓ	MARAVILHA	172,40	2,87
69	CHAPECÓ	MODELO	136,80	2,28
70	CHAPECÓ	PALMITOS	128,00	2,13
71	CHAPECÓ	PINHALZINHO	111,60	1,86
72	CHAPECÓ	PONTE SERRADA	174,00	2,90
73	CHAPECÓ	QUILOMBO	111,00	1,85
74	CHAPECÓ	SÃO CARLOS	92,60	1,54
75	CHAPECÓ	SÃO LOURENÇO DO OESTE	214,00	3,57
76	CHAPECÓ	SÃO MIGUEL DO OESTE	256,00	4,27
77	CHAPECÓ	SEARA	88,00	1,47
78	CHAPECÓ	XANXERÊ	89,00	1,48
79	CHAPECÓ	XAXIM	53,40	0,89
80	CHAPECÓ	ABELARDO LUZ	164,80	2,74



PREGÃO N. 065/2022

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	Prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC da Região 2 , com fornecimento de mão de obra e materiais.	14,69
2	Prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC da Região 3 , com fornecimento de mão de obra e materiais.	14,69
3	Prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC da Região 4 , com fornecimento de mão de obra e materiais.	14,69
4	Prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC da Região 5 , com fornecimento de mão de obra e materiais.	14,69
5	Prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva e adequações corretivas nos sistemas e instalações prediais dos imóveis do TRE-SC da Região 6 , com fornecimento de mão de obra e materiais.	14,69

Observação: Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

